



ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAIBA

Escola Superior Defensor Público Manuel Lopes de Carvalho

RELATÓRIO DE GESTÃO

2022 - 2026



SUMÁRIO

1. GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: O DIAGNÓSTICO COMO PONTO DE PARTIDA	5
2. A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE FORMAÇÃO PERMANENTE	8
2.1 Direitos Humanos, Inclusão e Vulnerabilidades	8
2.2 Infância e Juventude	9
2.3 Direito das Famílias	9
2.4 Saúde e Saúde Mental	10
2.5 Área Criminal e Execução Penal	10
2.6 Consumidor, Patrimônio e Direitos Coletivos	10
2.7 Gestão, Tecnologia e Inovação	11
3. O ENCONTRO ANUAL DA DEFENSORIA PÚBLICA: FORTALECENDO A IDENTIDADE E O ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL	12
3.1 Formação das Novas Gerações de Defensores Públicos	12
3.2 Programa de Mentoria para Novos Defensores Públicos	14
3.3 Posse Popular: Aproximando os Novos Defensores da Realidade da Instituição	16
3.4 Capacitação de Servidores e Fortalecimento da Gestão Administrativa	17
4. O PROTAGONISMO NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA	17
5. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PRESENÇA NACIONAL	19
6. COMUNICAÇÃO, CONHECIMENTO E CIRCULAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS	20
6.1 Boletim Escola (In)Forma	20
6.2 Rede de Compartilhamento de Conhecimento	21
6.3 Ampliação do Acesso à Pesquisa Jurídica e parceira com a JusBrasil	21

7. EIXO DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	22
8. EDUCAÇÃO EM DIREITOS: LEVAR A DEFENSORIA PÚBLICA PARA ONDE OS DIREITOS NASCEM ...	25
8.1 Uma Defensoria Pública Presente na Sociedade	25
8.3 Projeto Saber é Direito	26
8.2 Projeto Educar para Transformar	27
8.4 Projeto Abrindo a Mente para a Liberdade	28
8.5 Educação em direitos nas comunidades por meio de rodas de diálogo	29
8.6 Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos	30
9. PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR	31
10. MANUAIS, CARTILHAS E INSTRUMENTOS DE APOIO À ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	37
10.1 Diz Aí, Defensoria: Comunicação, Cidadania e Educação em Direitos	37
10.2 Projeto Você Sabia? Educação em Direitos nas Redes Sociais	37
11. PROJETO EDITORIAL DE UM LIVRO “DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA: CAMINHOS E HISTÓRIAS” A ESCOLA EM NÚMEROS	39
12. A ESCOLA EM NÚMEROS	40
12. AGRADECIMENTOS	44



A ESCOLA SUPERIOR COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA

Minha trajetória na Escola Superior Defensor Público Manuel Lopes de Carvalho teve início em 2022, quando recebi o convite para exercer a função de Diretora de Ensino. A partir dessa experiência, foi possível conhecer mais de perto as potencialidades da Escola, suas necessidades e o importante papel que desempenha no fortalecimento da Defensoria Pública.

Posteriormente, tive a honra de ser eleita para a Direção da Escola Superior, assumindo o compromisso de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido e contribuir para a ampliação das suas ações.

Ao longo desse período, buscamos consolidar a Escola como um espaço permanente de formação, compartilhamento de experiências, produção de conhecimento e fortalecimento institucional, sempre orientados pela escuta de membros, servidores(as) e estagiários(as) da instituição.

As iniciativas desenvolvidas tiveram como foco o aperfeiçoamento contínuo da atuação defensorial, a valorização da educação em direitos, a preservação da memória institucional e o fortalecimento dos vínculos que unem a nossa carreira.

Os resultados apresentados neste relatório refletem um trabalho coletivo, construído com a participação de muitas pessoas que acreditam na importância da formação e do diálogo como instrumentos para o fortalecimento da Defensoria Pública da Paraíba.

1. GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: O DIAGNÓSTICO COMO PONTO DE PARTIDA

Desde o início da gestão, adotou-se a convicção de que uma Escola Superior somente cumpre adequadamente sua missão quando está conectada às necessidades reais da instituição e das pessoas que a constroem cotidianamente. Por essa razão, previamente à definição de calendários acadêmicos, à seleção de temas ou ao direcionamento de investimentos em capacitação, optou-se por promover a escuta ativa da categoria.

A escuta institucional passou a ser compreendida como ferramenta de gestão e não apenas como mecanismo de consulta.

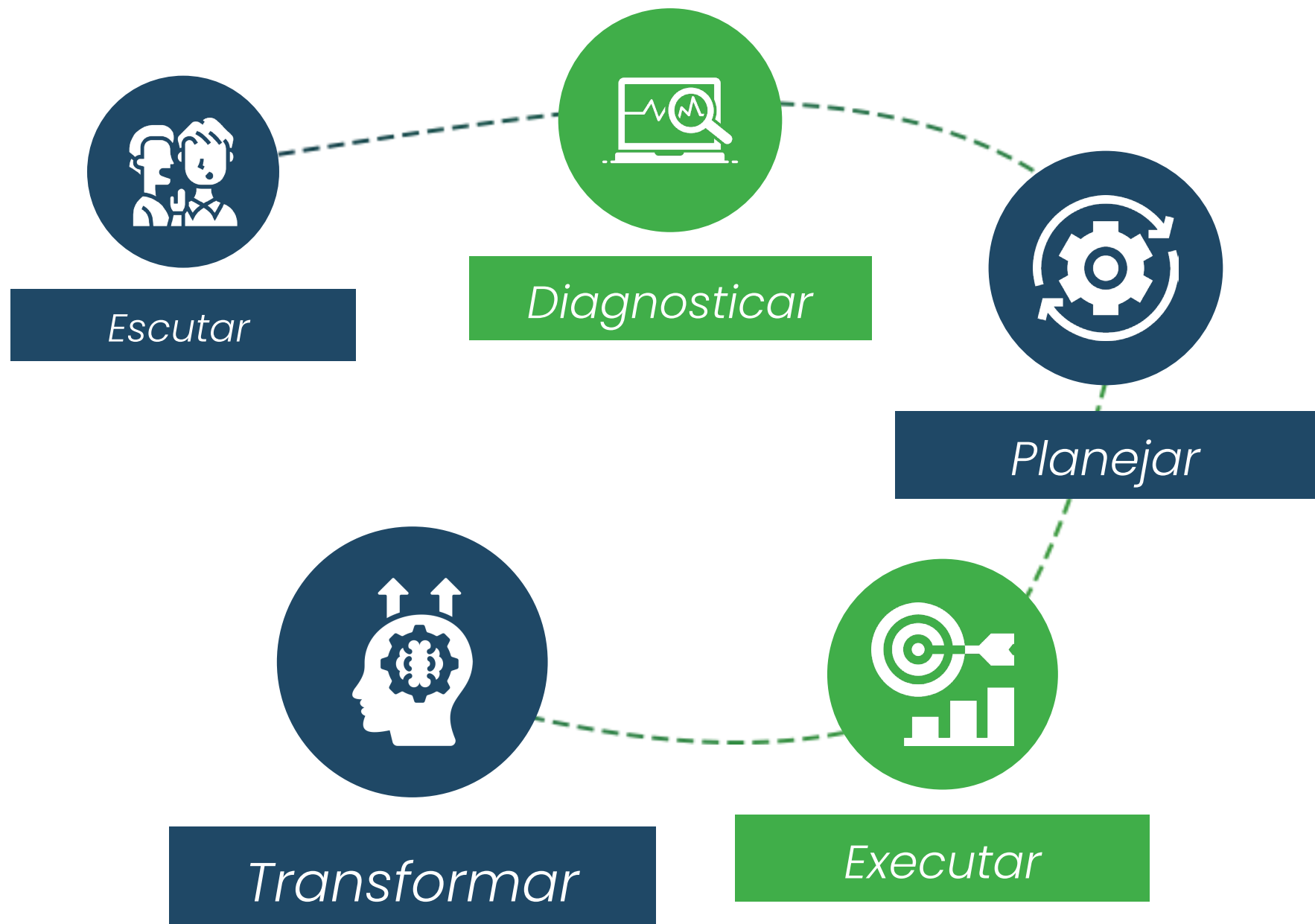
Acreditamos que a governança pública moderna exige decisões baseadas em evidências e que a melhor evidência disponível sobre as necessidades da Defensoria Pública reside na experiência cotidiana de defensoras, defensores, servidores e estagiários que enfrentam diariamente os desafios do atendimento à população vulnerabilizada.

Com esse propósito, a Escola realizou consultas periódicas destinadas a identificar necessidades formativas, as dificuldades na participação dos cursos, lacunas de capacitação e áreas prioritárias para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

Esse processo permitiu que o planejamento da Escola fosse construído a partir da realidade vivenciada pela própria carreira, garantindo maior aderência entre os cursos ofertados e as demandas institucionais. A metodologia de escuta ativa possibilitou a implementação de capacitações diretamente relacionadas aos desafios identificados pelos integrantes da instituição, assegurando que o calendário de formação respondesse às necessidades reais da prática defensorial.



Ciclo de gestão adotado:



Ao longo desse processo, foram identificados três grandes eixos estratégicos de interesse institucional:

Eixo 1: Fortalecimento da Atuação Defensorial

Com foco na qualificação técnica, na uniformização de procedimentos, na atualização de conhecimentos jurídicos, no compartilhamento de boas práticas e no aprimoramento da atuação jurídica nas diversas áreas de competência da Defensoria Pública.

Eixo 2: Proteção de Pessoas e Grupos em Situação de Vulnerabilidade

Com destaque para capacitações voltadas aos direitos humanos, igualdade racial, diversidade, gênero, infância e juventude, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e demais públicos prioritários da atuação defensorial.

Eixo 3: Inovação, Tecnologia e Modernização Institucional

Voltado à utilização de ferramentas digitais, à gestão do conhecimento, à modernização dos instrumentos de compartilhamento de conhecimento e à incorporação responsável de novas tecnologias à atuação institucional.

Esse modelo consolidou uma cultura de diálogo, participação e construção coletiva. A experiência demonstrou que uma Escola Superior forte não é aquela que apenas oferta capacitações, mas aquela que consegue transformar as necessidades da carreira em projetos concretos de fortalecimento institucional. Uma vez identificadas as demandas institucionais, a Escola passou a investir na construção de uma política permanente de formação continuada. O objetivo foi superar a lógica de capacitações isoladas e consolidar uma cultura institucional baseada no aprendizado contínuo.

Ao longo do período, foram realizados cursos, seminários, encontros, ciclos de palestras, programas de formação inicial e atividades de atualização voltados a Defensores(as), servidores(as), estagiários(as), profissionais parceiros e à comunidade acadêmica.

A oferta formativa buscou contemplar todas as áreas estratégicas da atuação defensorial:

■ 2. A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE FORMAÇÃO PERMANENTE

2.1 Direitos Humanos, Inclusão e Vulnerabilidades

A Escola promoveu atividades voltadas à compreensão dos fenômenos sociais que impactam diretamente a população atendida pela Defensoria Pública. Foram desenvolvidas ações relacionadas a:

- Direitos humanos e acesso à justiça
- Litígios e processos estruturais
- Igualdade racial
- Letramento étnico-racial
- Direitos da população LGBTQIAPN+
- Atendimento humanizado
- Atendimento com perspectiva de gênero
- Direitos das mulheres
- Violência doméstica
- Diversidade e inclusão
- Racismo estrutural
- Justiça racial

Essas iniciativas reforçaram a compreensão de que a atuação defensorial exige sensibilidade social, qualificação técnica e compromisso permanente com a redução das desigualdades.



2.2 Infância e Juventude

A proteção integral de crianças e adolescentes também integrou a agenda acadêmica. Foram promovidas formações relacionadas a:

- **Sistema socioeducativo**
- **Ato infracional**
- **Direitos da criança e do adolescente**
- **Programas de proteção à infância**
- **Garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade**

Essas ações dialogam diretamente com a missão constitucional da Defensoria Pública de proteção prioritária à infância e à juventude.

2.3 Direito das Famílias

Reconhecendo a relevância das demandas familiares na atuação institucional, a Escola desenvolveu capacitações voltadas para:

- **Ações de alimentos;**
- **Revisão e exoneração de alimentos;**
- **Execução de alimentos;**
- **Guarda;**
- **Regulamentação de convivência;**
- **Investigação de paternidade;**
- **Divórcio;**
- **União estável;**
- **Partilha de bens.**

O objetivo foi fortalecer a atuação técnica em uma das áreas mais sensíveis da assistência jurídica prestada à população.

2.4 Saúde e Saúde Mental

A atuação defensorial em saúde e saúde mental também recebeu atenção especial. Foram realizados cursos e debates sobre:

- **Judicialização da saúde;**
- **Atuação da Defensoria Pública em demandas de saúde;**
- **Funcionamento da Rede de Atenção à Saúde Mental;**
- **Reforma Psiquiátrica;**
- **Internação compulsória;**
- **Curatela;**
- **Tomada de decisão apoiada;**
- **Direitos das pessoas em situação de sofrimento mental;**
- **Medidas de segurança;**
- **Atendimento à rede de pessoas em situação de doença mental no estado da Paraíba.**

A abordagem interdisciplinar permitiu ampliar a compreensão dos desafios enfrentados pelas pessoas em situação de sofrimento psíquico e vulnerabilidade social.

2.5 Área Criminal e Execução Penal

A Escola também investiu fortemente na formação voltada à atuação criminal e à execução penal. Entre os temas abordados destacam-se:

- **Tribunal do Júri;**
- **Defesa criminal estratégica;**
- **Investigação defensiva;**
- **Multa penal;**
- **Indulto;**
- **Execução penal;**
- **Sistema prisional;**
- **Pena Justa;**
- **Central de Regulação de Vagas;**
- **Garantias processuais;**
- **Direitos das pessoas privadas de liberdade;**
- **Habeas corpus;**
- **Atuação nos Tribunais Superiores.**

Essas iniciativas reforçaram a atuação institucional em uma das áreas mais relevantes da missão constitucional da Defensoria Pública.

2.6 Consumidor, Patrimônio e Direitos Coletivos

Também foram promovidas formações voltadas para:

- **Direito do consumidor;**
- **Regularização fundiária;**
- **Energia renovável e direitos humanos.**

2.7 Gestão, Tecnologia e Inovação

Nesse mesmo sentido e compreendendo os impactos da transformação digital sobre o sistema de justiça, a Escola Superior passou a incorporar de forma permanente temas relacionados à aperfeiçoamento institucional, tecnologia e modernização institucional em sua programação acadêmica.

Ainda em 2023, foi realizado o Seminário “Ferramentas Digitais a Serviço da DPE”, concebido para apresentar e discutir soluções tecnológicas capazes de aprimorar o desempenho das atividades institucionais e ampliar a eficiência dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

Ao pautar o tema de forma estruturada, a Defensoria Pública da Paraíba destacou-se nacionalmente entre as primeiras instituições defensoriais a promover um debate aprofundado sobre o uso da tecnologia e da inteligência artificial no âmbito da atuação jurídica.

Nos anos de 2025 e 2026, os Encontros da Defensoria Pública aprofundaram as discussões sobre tecnologia, inovação e transformação digital, abordando a inteligência artificial como instrumento de fortalecimento institucional e ampliação do impacto social da atuação defensorial.

Em 2026, a Escola também promoveu capacitação específica na área de Direito de Família, com foco na utilização prática da inteligência artificial e no desenvolvimento de técnicas de elaboração de prompts aplicadas à atividade jurídica.

Compreendendo os impactos da transformação digital sobre o sistema de justiça, a Escola passou a incorporar temas relacionados à inovação e modernização institucional. Foram desenvolvidas atividades sobre:

- **Inteligência Artificial aplicada à atuação jurídica;**
- **Ferramentas digitais para a Defensoria Pública;**
- **Comunicação não violenta;**
- **Relações interpessoais;**
- **Ética profissional;**
- **Redação oficial;**
- **Gestão institucional.**

Ao longo desse período, a formação deixou de ser compreendida apenas como atividade pontual de capacitação e passou a integrar a estratégia institucional de fortalecimento da Defensoria Pública. A consolidação dessa cultura de aprendizagem contínua e inovação representa um dos principais legados da gestão, contribuindo para a construção de uma instituição cada vez mais preparada para os desafios contemporâneos e para a prestação de serviços de excelência à população paraibana.

3. O ENCONTRO ANUAL DA DEFENSORIA PÚBLICA: FORTALECENDO A IDENTIDADE E O ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL

3.1 Formação das Novas Gerações de Defensores Públicos

Ao longo da gestão, a Escola Superior assumiu o compromisso de consolidar um espaço permanente de encontro, diálogo e reflexão estratégica entre os integrantes da Defensoria Pública da Paraíba.

Com essa finalidade, foi estruturado e fortalecido o Encontro da Defensoria Pública da Paraíba, iniciativa que se consolidou como um dos principais momentos de integração institucional da carreira. Os Encontros foram concebidos como espaço de fortalecimento da identidade defensorial, valorização da trajetória institucional e construção coletiva dos caminhos futuros da Defensoria Pública.

A cada edição, buscou-se reunir Defensores(as), servidores(as), estagiários(as), estudantes e convidados externos em torno de temas relevantes para a atuação institucional e para os desafios contemporâneos do sistema de justiça.

Ao longo das 5 (cinco) edições realizadas durante a gestão, os Encontros registraram mais de 1.800 participações, considerando inscrições, participações presenciais, participações remotas e acessos posteriores às transmissões, consolidando-se como referência para o debate institucional.





O I Encontro, realizado em agosto de 2022, teve como tema “Em Defesa dos Grupos Vulnerabilizados”, promovendo reflexões sobre a missão constitucional da Defensoria Pública e a proteção dos direitos das populações vulneráveis.

O II Encontro, realizado em agosto de 2023, trouxe o tema “Defensoria como Instrumento da Transformação Social”, destacando o papel da instituição na promoção do acesso à justiça e na efetivação de direitos.

O III Encontro, realizado em maio de 2024, teve como tema “Por uma Atuação Eficiente e Transformadora”, com foco no aprimoramento dos serviços prestados à população e na busca por maior eficiência institucional.

O IV Encontro, realizado em novembro de 2025, abordou o tema “Defensoria Pública: Tecnologia, Impacto Social e Futuro Institucional”, promovendo debates sobre inovação, transformação digital e modernização da atuação defensorial.

Já o V Encontro, realizado em maio de 2026, teve como tema “Perspectivas para uma Atuação Estratégica e o Fortalecimento Institucional”, encerrando o ciclo da gestão com reflexões voltadas ao desenvolvimento institucional e aos desafios futuros da Defensoria Pública.

Os Encontros consolidaram-se como importantes espaços de formação, integração e fortalecimento da identidade institucional, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo da atuação defensorial.

3.2 Programa de Mentoria para Novos Defensores Públicos

Entre as iniciativas mais relevantes desenvolvidas pela Escola Superior destaca-se a estruturação e execução do Curso de Formação para a Carreira de Defensor(a) Público(a), concebido como instrumento permanente de acolhimento, integração e aperfeiçoamento dos novos membros da instituição.

Ao longo da gestão, foram realizadas **três turmas do Curso de Formação, cada uma composta por uma programação média 60 horas-aula**, especialmente elaborada para proporcionar aos novos defensores públicos uma visão abrangente da instituição, de suas atribuições e dos desafios inerentes ao exercício da carreira.

Para alcançar esse objetivo, a Escola Superior estruturou um programa de formação baseado em quatro eixos complementares: preparação inicial, formação continuada, mentoria e projeto de prática social.

A preparação inicial combinou atividades teóricas e práticas, incluindo apresentações institucionais, oficinas temáticas, painéis de discussão, visitas técnicas e acompanhamento de atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da Defensoria Pública. Os participantes tiveram contato direto com coordenações- especializadas, Ouvidoria, Corregedoria, setores administrativos, comunicação institucional, tecnologia da informação e órgãos de execução.

A metodologia adotada buscou aproximar os novos membros da realidade cotidiana da atuação defensorial. Foram promovidas visitas a unidades prisionais, unidades socioeducativas, núcleos especializados e órgãos parceiros do sistema de justiça, além do acompanhamento de audiências, júris e atividades práticas relacionadas às diversas áreas de atuação da instituição.



A programação contemplou temas essenciais para a atuação contemporânea da Defensoria Pública, incluindo execução penal, Tribunal do Júri, infância e juventude, saúde, saúde mental, direitos das mulheres, igualdade racial, sistema socioeducativo, regularização fundiária, comunicação institucional e atuação estratégica. Também contou com a participação de defensoras e defensores públicos de diversos estados brasileiros, promovendo intercâmbio de experiências e compartilhamento de boas práticas.

Um dos diferenciais foi o desenvolvimento de **projetos de prática social**, estimulando os participantes a refletirem sobre formas inovadoras de ampliação do acesso à justiça e de fortalecimento da proteção dos grupos vulnerabilizados.

A realização de cada turma exigiu intenso trabalho de planejamento, articulação institucional, elaboração de conteúdo programático, mobilização de palestrantes, organização logística e acompanhamento pedagógico, evidenciando o compromisso da Escola Superior com a formação qualificada das novas gerações de Defensoras e Defensores Públicos.

Compreendendo que a formação profissional não se encerra com a posse ou com a conclusão do curso inicial, idealizei e estruturei o Programa de Mentoria para Novos Defensores Públicos, iniciativa voltada ao acolhimento, à integração e ao desenvolvimento profissional dos membros recém-ingressos na carreira.

O programa foi concebido para aproximar os novos Defensores de colegas com maior experiência institucional, criando ambiente permanente de troca de conhecimentos, compartilhamento de boas práticas e orientação profissional.

A iniciativa auxilia os novos membros na adaptação às rotinas da carreira, na compreensão das especificidades da atuação defensorial e no enfrentamento dos desafios inerentes aos primeiros anos de exercício profissional.

Além do aperfeiçoamento técnico, o Programa fortalece vínculos institucionais, promove a integração entre diferentes gerações da carreira e contribui para a preservação da memória e da cultura organizacional da Defensoria Pública.



3.3 Posse Popular: Aproximando os Novos Defensores da Realidade da Instituição

Entre as experiências mais simbólicas desenvolvidas pela Escola Superior durante o período esteve a realização das **Posse Populares dos novos Defensores Públicos da Paraíba**, iniciativa promovida em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos, buscou aproximar o ingresso na carreira da realidade das comunidades e dos grupos sociais que constituem a razão de existir da Defensoria Pública.

Ao longo da gestão, foram realizadas **três Posse Populares**, transformando um ato tradicionalmente solene em um momento de encontro entre os novos membros da instituição e a população destinatária da missão constitucional da Defensoria Pública.

A proposta partiu de uma reflexão simples: antes de ocupar gabinetes, participar de audiências ou assumir suas atribuições nas comarcas, os novos defensores deveriam conhecer de perto as realidades sociais, os desafios e as lutas das pessoas que buscam diariamente a proteção da Defensoria Pública.

A primeira experiência ocorreu na **Comunidade do Aratu**, em João Pessoa, onde lideranças comunitárias receberam os novos membros da instituição em uma cerimônia marcada pelo diálogo e pela aproximação com a população.

Posteriormente, a Escola Superior promoveu nova Posse Popular no **Armazém do Campo**, em João Pessoa, em parceria com vários movimentos sociais. A cerimônia foi acompanhada por representantes da sociedade civil, da universidade e de instituições parceiras, reafirmando o compromisso da Defensoria Pública com os movimentos populares e com a promoção dos direitos humanos.

A terceira edição foi realizada na **Comunidade Costa do Sol**, localizada na região do Parque das Trilhas, em João Pessoa, território marcado pela luta pela regularização fundiária e pelo direito à moradia. Nessa ocasião, os novos defensores iniciaram sua trajetória institucional em contato direto com uma comunidade que enfrenta desafios concretos relacionados ao acesso a direitos fundamentais.

A iniciativa permitiu que os novos membros compreendessem, desde o início da carreira, que a atuação defensorial se constrói a partir da escuta, do diálogo e da presença junto às comunidades vulnerabilizadas, contribuindo para fortalecer a compreensão da Defensoria Pública como instrumento de promoção dos direitos humanos, da cidadania e do acesso à justiça.

A experiência tornou-se uma das marcas do Curso de Formação para a Carreira, reafirmando o compromisso da Escola Superior com uma formação que alia conhecimento técnico, sensibilidade social e profundo respeito à missão constitucional da Defensoria Pública.



3.4 Capacitação de Servidores e Fortalecimento da Gestão Administrativa

A Escola também passou a investir de forma mais estruturada na qualificação dos servidores e das equipes administrativas da instituição. Dessa forma, foram promovidas ações voltadas ao aperfeiçoamento de competências técnicas e gerenciais, reconhecendo que a eficiência administrativa é elemento indispensável à qualidade da atividade-fim desempenhada pela Defensoria Pública.

Assim, a iniciativa buscou fortalecer áreas estratégicas relacionadas à gestão pública, tecnologia, atendimento ao cidadão, comunicação institucional e modernização administrativa. Ao investir na formação dos servidores, a Escola reafirmou a compreensão de que o fortalecimento institucional é uma construção coletiva que envolve todos os profissionais que integram a Defensoria Pública.

4. O PROTAGONISMO NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA

Ao longo da gestão, a Escola Superior contribuiu para a construção do pensamento institucional da Defensoria Pública brasileira, promovendo espaços de debate voltados aos desafios contemporâneos da atuação defensorial e ao fortalecimento do acesso à justiça.

Esse esforço alcançou um de seus momentos mais relevantes com a realização, em fevereiro de 2025, em João Pessoa, do II Encontro Nacional de Capacitação da Defensoria Pública sobre Litígios e Processos Estruturais.

O evento reuniu Defensoras e Defensores Públicos de diversas unidades da federação, representantes do sistema de justiça, pesquisadores, professores e estudantes para discutir a utilização dos litígios estruturais como instrumento de transformação social e efetivação de direitos fundamentais.

Ao todo, o encontro registrou 245 inscritos, contou com a participação presencial de 90 pessoas e alcançou mais de 600 visualizações por meio da transmissão realizada pela internet.

A programação contemplou palestras, debates e oficinas voltadas à troca de experiências, ao diálogo interinstitucional e à construção de estratégias para o enfrentamento de violações massivas e sistemáticas de direitos, além da participação do Ministro Herman Benjamin.





A Carta de João Pessoa sobre Litígios Estruturais

Como principal resultado do encontro, foi construída coletivamente a Carta de João Pessoa sobre Litígios Estruturais, documento elaborado a partir das discussões promovidas durante o evento e aprovado pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).

A Carta consolidou princípios, diretrizes e propostas voltadas ao aperfeiçoamento da atuação da Defensoria Pública em demandas estruturais, reafirmando o papel constitucional da instituição na proteção de grupos vulnerabilizados e no enfrentamento das desigualdades que impedem o pleno exercício da cidadania.

O documento também destacou a importância de uma atuação estratégica, interdisciplinar e resolutiva, capaz de promover transformações concretas em políticas públicas e estruturas institucionais que impactam diretamente a vida da população.

A realização do encontro e a elaboração da Carta de João Pessoa representaram um marco para a Defensoria Pública da Paraíba, projetando a instituição nacionalmente, fortalecendo sua participação nos espaços de formulação teórica e prática da atuação defensorial e consolidando a Escola Superior como ambiente de produção e difusão de conhecimento jurídico qualificado.

A Carta de João Pessoa constitui um legado para as futuras gerações, levando a Defensoria da Paraíba para os livros de doutrina institucional, ao reafirmar o compromisso da Defensoria Pública com a construção de soluções estruturais voltadas à promoção dos direitos humanos, à redução das desigualdades e à ampliação do acesso à justiça.

■ 5. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PRESENÇA NACIONAL

Uma Escola Superior não se fortalece de forma isolada. A construção de uma política de formação moderna exige diálogo permanente, cooperação institucional e capacidade de articulação.

Ao longo da gestão, a Escola Superior Defensor Público Manuel Lopes de Carvalho ampliou significativamente sua inserção em redes de cooperação acadêmica e institucional, fortalecendo a presença da Defensoria Pública paraibana nos principais espaços de debate sobre acesso à justiça, educação em direitos e inovação institucional.

Foram estabelecidas e fortalecidas parcerias com:

- **Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE);**
- **Escolas Superiores de Defensorias Públicas de diversos estados;**
- **Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMA);**
- **Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP);**
- **Universidades públicas e privadas;**
- **Instituições de ensino e pesquisa;**
- **Organizações da sociedade civil;**
- **Órgãos públicos parceiros (Secretaria do governo do Estado da Paraíba, Secretaria Municipal de João Pessoa e Receita Federal)**

Essas articulações permitiram ampliar oportunidades de formação, promover intercâmbio de experiências exitosas e fortalecer a integração da Defensoria Pública da Paraíba com o cenário nacional.

A participação em eventos, projetos colaborativos e iniciativas interinstitucionais contribuiu para posicionar a Escola como espaço de referência na produção e difusão do conhecimento jurídico voltado à promoção dos direitos humanos e do acesso à justiça.

■ 6. COMUNICAÇÃO, CONHECIMENTO E CIRCULAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

A gestão também compreendeu que produzir conhecimento é apenas parte da missão institucional. Tão importante quanto gerar conhecimento é garantir sua circulação, compartilhamento e aplicação prática no cotidiano da Defensoria Pública.

Com essa perspectiva, a Escola Superior investiu no fortalecimento de canais de comunicação, na difusão de conteúdos acadêmicos e no incentivo ao intercâmbio de experiências entre os integrantes da instituição.

6.1 Boletim Escola (In)Forma

Nesse contexto, foi criado e consolidado o Boletim Escola (In)Forma, ferramenta voltada à disseminação de informações relevantes para a atuação institucional. Publicado mensalmente desde 2022, o boletim passou a reunir:

- **Atuação da própria Escola Superior da DPE-PB**
- **Atuações relevantes da defensoria da paraíba;**
- **Atualizações legislativas;**
- **Jurisprudência relevante;**
- **Precedentes estratégicos;**
- **Artigos e textos de interesse institucional;**
- **Sugestões de leitura, filmes, séries e documentários;**
- **Boas práticas desenvolvidas por defensoras e defensores públicos.**

A iniciativa contribuiu para aproximar a produção acadêmica da atuação prática, estimular o compartilhamento de experiências exitosas e fortalecer uma cultura institucional baseada na aprendizagem contínua e na valorização do conhecimento produzido internamente.



6.2 Rede de Compartilhamento de Conhecimento

Buscando ampliar as oportunidades de capacitação, a Escola também estruturou uma rede permanente de compartilhamento de informações sobre cursos, eventos, seminários e atividades promovidas por Escolas Superiores, associações e instituições parceiras de todo o país.

A divulgação ocorreu por meio dos canais de comunicação utilizados pelos membros da instituição, especialmente grupos de WhatsApp e contatos diretos, além de ações presenciais de sensibilização e divulgação junto aos públicos de interesse.

Essa estratégia possibilitou ampliar significativamente o acesso às oportunidades de formação, sem custos adicionais para a Defensoria Pública da Paraíba, fortalecendo o intercâmbio de experiências e a integração com outras instituições.

6.3 Ampliação do Acesso à Pesquisa Jurídica e parceira com a JusBrasil

Com o objetivo de qualificar a atuação institucional e ampliar o acesso a ferramentas de pesquisa jurídica, a gestão viabilizou a assinatura institucional da plataforma Jusbrasil desde junho de 2024, disponibilizando os acessos para defensoras e defensores da Defensoria Pública da Paraíba.

A medida permitiu ampliar o acesso a jurisprudência, legislação, doutrina, modelos de peças e mecanismos avançados de pesquisa, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades jurídicas e para a produção de conteúdo técnico de qualidade.

Como forma de acompanhar a utilização da ferramenta e garantir a efetividade do investimento realizado, a Escola Superior passou a realizar o monitoramento periódico dos acessos, mediante a extração e análise mensal de relatórios individualizados de utilização por usuário.

■ 7. EIXO DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)



AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

E COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Um dos maiores marcos da gestão foi a criação e consolidação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), concebido para ser o principal repositório institucional de conhecimento da Defensoria Pública da Paraíba. O sistema passou a reunir:

- Banco institucional de peças processuais;
- Cursos gravados;
- Materiais de apoio;
- Jurisprudência selecionada;
- Artigos jurídicos;
- Conteúdos formativos permanentes.

O projeto teve início em 2022 e foi ampliado continuamente nos anos seguintes, alcançando mais de 400 modelos de peças processuais catalogados e organizados por áreas de atuação, tornando-se uma importante ferramenta de gestão do conhecimento e apoio à atividade-fim da instituição.

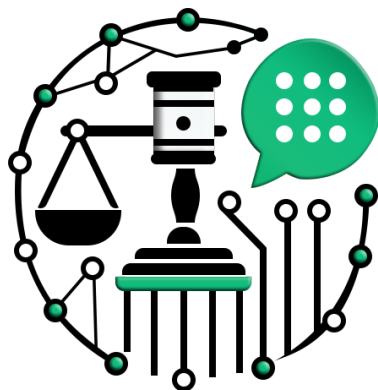
EducaDefensoria



A partir dessa experiência exitosa, iniciou-se a evolução para uma nova plataforma: o EducaDefensoria, lançado em abril de 2026, concebido para integrar cursos produzidos pela ESDPB e por outras Escolas Superiores das Defensorias Públicas brasileiras.

A plataforma trouxe como diferencial o acesso ampliado a assessores e estagiários, além da emissão automática de certificados para atividades realizadas de forma assíncrona, ampliando o alcance das ações de capacitação e reduzindo custos de formação.

Lylia



LYLIA
CHATGPT DA DEFENSORIA PÚBLICA

Entre as iniciativas voltadas à inovação institucional, merece destaque o desenvolvimento e a difusão do Projeto Lylia, assistente virtual concebida em dezembro de 2024 como ferramenta de apoio à atuação jurídica e à gestão do conhecimento no âmbito da Defensoria Pública. A ferramenta recebeu esse nome em homenagem à advogada paraibana Lylia Guedes, escolhida por meio de votação interna.

Desenvolvida com base na tecnologia do ChatGPT, a ferramenta foi integrada às rotinas institucionais para automatizar a análise de documentos, auxiliar na elaboração de minutas, sugerir estratégias jurídicas e responder dúvidas frequentes dos assistidos.

A iniciativa surgiu da compreensão de que a transformação digital e a inteligência artificial representam desafios e oportunidades para as instituições do sistema de justiça, exigindo preparação adequada para sua utilização ética, segura e eficiente.

Nesse contexto, a Escola Superior assumiu papel relevante na disseminação do conhecimento sobre o uso responsável dessas tecnologias, promovendo capacitações, debates e ações voltadas à familiarização de membros, servidores, assessores e estagiários com as novas ferramentas digitais.

Ao inserir a inteligência artificial na agenda permanente de formação e reflexão institucional, a Escola Superior contribuiu para posicionar a Defensoria Pública da Paraíba entre as instituições que compreendem a inovação como ferramenta de aprimoramento da atuação em favor da população vulnerabilizada.



■ 8. EDUCAÇÃO EM DIREITOS: LEVAR A DEFENSORIA PÚBLICA PARA ONDE OS DIREITOS NASCEM

Ao longo da gestão, foi consolidada a compreensão de que a missão constitucional da Defensoria Pública não se limita à atuação judicial ou extrajudicial.

A defesa dos direitos começa muito antes do ajuizamento de uma ação. Ela inicia quando uma pessoa conhece seus direitos. Quando uma criança aprende o valor da cidadania. Quando uma mulher identifica uma situação de violência. Quando uma família descobre que pode buscar proteção institucional. Quando um estudante compreende que possui direitos fundamentais e que existem instituições destinadas a garanti-los.

Foi a partir dessa compreensão que a educação em direitos passou a ocupar posição estratégica dentro das ações da Escola Superior. Mais do que um conjunto de projetos isolados, buscou-se construir uma política permanente de formação cidadã voltada à prevenção de violações de direitos, ao fortalecimento da democracia e à ampliação do acesso à justiça.

8.1 Uma Defensoria Pública Presente na Sociedade

Historicamente, grande parte da população conhece a Defensoria Pública apenas quando enfrenta um problema jurídico. A gestão buscou ampliar essa perspectiva com o objetivo de aproximar a instituição da sociedade antes mesmo do surgimento do conflito.

Essa atuação foi orientada por uma convicção simples: A Defensoria Pública não deve ser conhecida apenas por quem já teve um direito violado. Ela deve ser conhecida também por quem aprende, desde cedo, que possui direitos.

Foi essa visão que inspirou a construção de diversos projetos de educação em direitos ao longo do período.

8.2 Projeto Educar para Transformar



O projeto Educar para Transformar representou um marco na aproximação entre a Defensoria Pública e a comunidade escolar, no ano de 2022.

A iniciativa levou cidadania, direitos humanos e informação jurídica para estudantes da rede pública de ensino, promovendo debates sobre:

- **Cidadania;**
- **Direitos humanos;**
- **Igualdade;**
- **Combate às discriminações;**
- **Proteção da infância;**
- **Direitos das mulheres;**
- **Acesso à justiça;**
- **Participação social.**

Além de transmitir conhecimento, o projeto buscou estimular pensamento crítico, protagonismo estudantil e consciência cidadã.

Ao aproximar a Defensoria Pública das escolas, a iniciativa permitiu que crianças e adolescentes passassem a reconhecer a instituição como instrumento de proteção e promoção de direitos.



8.3 Projeto Saber é Direito

Atualmente em fase de implementação, o Projeto Saber é Direito representa mais um passo na ampliação das ações de educação em direitos desenvolvidas pela Escola Superior, fortalecendo a presença institucional da Defensoria Pública no ambiente escolar de forma permanente e articulada.

Com abrangência estadual, a iniciativa foi estruturada para alcançar as 16 Gerências Regionais de Educação da Paraíba, tendo como eixo central a promoção do direito ao nome, à identidade e ao registro civil, reconhecidos como direitos fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

Dessa forma, o projeto prevê a realização de atividades educativas, produção de materiais informativos, campanhas de sensibilização, palestras, concurso de redação, atendimento jurídico em escolas e ações voltadas à identificação e encaminhamento de demandas relacionadas à ausência de registro civil, reconhecimento de paternidade e outras situações que impactam o acesso a direitos.

A iniciativa conta com a parceria da Receita Federal, que disponibilizou equipamentos eletrônicos destinados à premiação dos estudantes vencedores do concurso regional de redação previsto no projeto, contribuindo para o engajamento da comunidade escolar e para o fortalecimento das ações de educação em direitos.

Assim, ao aproximar a Defensoria Pública das escolas e das novas gerações, o projeto busca disseminar a cultura de direitos, prevenir violações e fortalecer a cidadania de crianças, adolescentes e suas famílias, reafirmando o compromisso institucional com uma atuação cada vez mais preventiva, educativa e transformadora.



**Meu nome,
meu direito**

**Guia prático sobre o direito
ao nome e à identidade**

8.4 Projeto Abrindo a Mente para a Liberdade

Entre as iniciativas de maior impacto social desenvolvidas pela Escola Superior destaca-se o projeto Abrindo a Mente para a Liberdade, concebido a partir da compreensão de que o acesso à educação e ao conhecimento constitui uma das mais importantes ferramentas de transformação humana e promoção da cidadania, por meio de literatura de cordel.



Voltado à população privada de liberdade, o projeto foi estruturado com o propósito de levar informação, reflexão crítica e educação em direitos ao ambiente prisional, reafirmando o compromisso da Defensoria Pública com a dignidade da pessoa humana e com a construção de oportunidades reais de reinserção social e funcionou durante os anos de 2022 a 2024 na Cadeia Pública de Alagoinha.

Em parceria com a UFPB, foram desenvolvidas atividades educativas voltadas à difusão de direitos, ao fortalecimento da autoestima, à valorização da educação como instrumento de transformação e à reflexão sobre cidadania, responsabilidade social e construção de novos projetos de vida, por meio de leitura e confecção de cordeis pelos próprios custodiados.

A ação também contribuiu para aproximar a Defensoria Pública da realidade do sistema prisional, fortalecendo o diálogo com as pessoas custodiadas e reafirmando o papel institucional da Defensoria como instrumento de proteção dos direitos humanos.

Ao promover educação em direitos dentro do sistema prisional, a Escola Superior reafirmou seu compromisso com uma atuação defensorial humanizada, inclusiva e comprometida com a transformação social, demonstrando que a liberdade também pode começar pelo conhecimento.

8.5 Educação em direitos nas comunidades por meio de rodas de diálogo

As rodas de diálogo representam a face mais humana e próxima da sociedade da Escola Superior, materializando a diretriz de “levar a Defensoria para onde os direitos nascem”. Realizadas diretamente em comunidades, ocupações populares e abrigos de pessoas idosas, essas ações superam o modelo tradicional de atendimento em gabinete para promover uma escuta ativa e o fortalecimento da autonomia popular.

Nos abrigos, os diálogos complementam o suporte técnico da Cartilha da Pessoa Idosa, garantindo um atendimento humanizado e focado em temas sensíveis como saúde mental e curatela. Já nas comunidades e posses populares, as rodas funcionam como instrumentos de justiça social e prevenção de conflitos, utilizando uma linguagem simples para traduzir o conhecimento jurídico e permitir que a população identifique violações de direitos antes mesmo de buscar a via judicial.



8.6 Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos



Ao longo da gestão, a Escola Superior promoveu formação continuada em igualdade racial e justiça racial, capacitações voltadas ao atendimento da população LGBTQIAPN+ e formação em atendimento com perspectiva de gênero, além de cursos e eventos voltados ao combate ao racismo estrutural, à proteção dos grupos vulnerabilizados e à promoção dos direitos humanos.

Entre as iniciativas de maior relevância nesse eixo, destaca-se o Selo Intermunicipal Antirracista Gertrudes Maria, desenvolvido em parceria com o Núcleo Especial de Proteção à Infância e Juventude e a Coordenadoria de Combate ao Racismo e Proteção das Comunidades Indígenas, Quilombolas, Ciganas e demais Comunidades Tradicionais da DPE-PB.

A iniciativa foi concebida para estimular, reconhecer e valorizar políticas públicas, práticas pedagógicas e ações institucionais voltadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo nos municípios paraibanos, fortalecendo a implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas.

9. MANUAIS, CARTILHAS E INSTRUMENTOS DE APOIO À ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Além dos cursos e capacitações, a Escola Superior investiu na produção de materiais permanentes de apoio à atuação institucional, com o objetivo de fortalecer a uniformização de procedimentos, qualificar o atendimento prestado à população e ampliar o acesso ao conhecimento jurídico.

Esses materiais passaram a integrar uma política de gestão do conhecimento voltada à formação continuada e ao fortalecimento da atuação defensorial. Entre os principais produtos que desenvolvi durante o período, destacam-se:

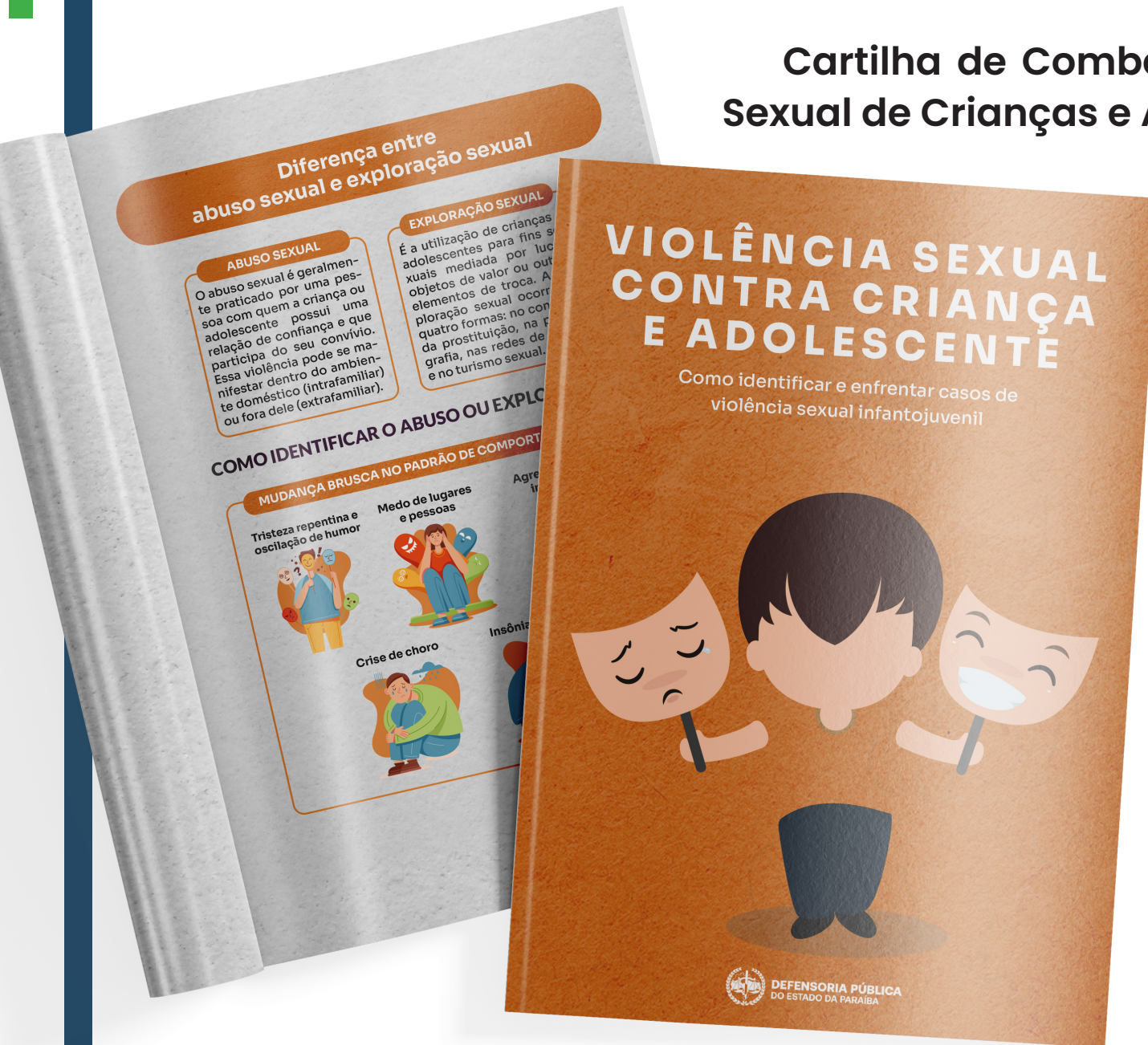
Manual do Estagiário

Como parte das ações voltadas à qualificação e integração dos estudantes, a Escola Superior elaborou e lançou, em agosto de 2022, o Manual do Estágio da Defensoria Pública da Paraíba. O material foi desenvolvido para orientar os estagiários acerca da estrutura e do funcionamento da instituição, reunindo informações sobre atendimento ao público, utilização dos sistemas institucionais, direitos e deveres dos estudantes, ética profissional e atribuições desempenhadas no âmbito da Defensoria Pública.

A iniciativa contribuiu para fortalecer o processo de acolhimento e integração dos estagiários, promovendo maior alinhamento com a cultura institucional e contribuindo para a qualificação dos serviços prestados à população.



Cartilha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes



Lançada em maio de 2023, a cartilha foi elaborada para orientar a população sobre a identificação, prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O material apresenta informações sobre sinais de alerta, formas de proteção, canais de denúncia e mecanismos de apoio às vítimas.

A iniciativa reforça o compromisso da Defensoria Pública da Paraíba com a proteção integral da infância e da juventude e com a promoção de ações de educação em direitos.

Cartilha de Direitos da Pessoa Idosa: Guia de Direitos da Pessoa Idosa

Lançada em setembro de 2024, em alusão ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, a cartilha foi produzida com o objetivo de promover a autonomia, a cidadania e a proteção integral da população idosa, reunindo informações acessíveis sobre os principais direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

O material aborda temas relacionados à saúde, assistência social, convivência familiar e comunitária, prioridade de atendimento, benefícios sociais, acessibilidade, combate à violência e mecanismos de proteção, além de orientar sobre os órgãos responsáveis pela garantia desses direitos.

A publicação reforça o compromisso institucional da Defensoria Pública da Paraíba com a promoção do envelhecimento digno, a disseminação de informação jurídica acessível e a proteção das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.



Cartilha: o que é o Transtorno do Espectro Autista?

Lançada em abril de 2025, a cartilha foi desenvolvida com o objetivo de orientar a sociedade sobre o transtorno do espectro autista (TEA) e divulgar os direitos assegurados às pessoas autistas pela legislação brasileira.

O material reúne informações sobre inclusão social, educação, saúde, assistência social, mercado de trabalho, benefícios assistenciais, atendimento prioritário e demais garantias legais destinadas às pessoas com autismo e suas famílias. Também apresenta orientações sobre os mecanismos de proteção e os canais disponíveis para denúncia de violações de direitos.

A iniciativa reforça o compromisso da Defensoria Pública da Paraíba com a promoção da inclusão, da acessibilidade e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para a disseminação de informação jurídica acessível e para o fortalecimento da cidadania.

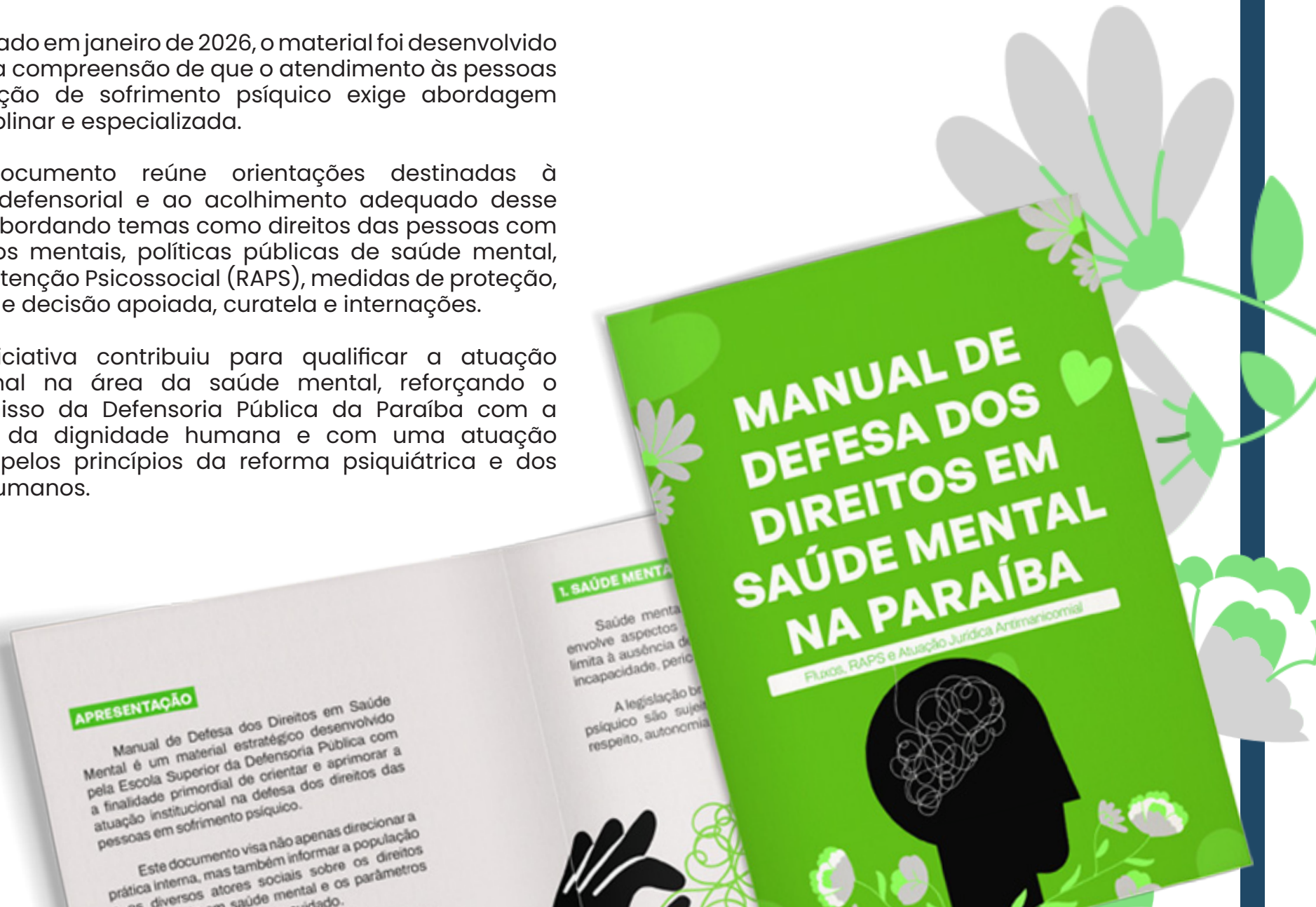


Manual de Defesa dos Direitos em Saúde Mental: Fluxos, RAPS e Atuação Jurídica Antimanicomial (Janeiro 2026)

Lançado em janeiro de 2026, o material foi desenvolvido a partir da compreensão de que o atendimento às pessoas em situação de sofrimento psíquico exige abordagem interdisciplinar e especializada.

O documento reúne orientações destinadas à atuação defensorial e ao acolhimento adequado desse público, abordando temas como direitos das pessoas com transtornos mentais, políticas públicas de saúde mental, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), medidas de proteção, tomada de decisão apoiada, curatela e internações.

A iniciativa contribuiu para qualificar a atuação institucional na área da saúde mental, reforçando o compromisso da Defensoria Pública da Paraíba com a proteção da dignidade humana e com uma atuação pautada pelos princípios da reforma psiquiátrica e dos direitos humanos.



Toda Mãe tem Direitos: Guia prático sobre o direito materno

Lançada em maio de 2023 e atualizada em maio de 2026, a cartilha sobre direitos maternos foi desenvolvida com o objetivo de ampliar o acesso à informação e fortalecer a cidadania de mães, gestantes e lactantes, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

O material reúne orientações sobre direitos relacionados à maternidade, saúde, trabalho, educação, família e acesso à justiça, abordando temas como direitos da gestante e da lactante, alimentos gravídicos, pensão alimentícia, adoção, permanência no mercado de trabalho e proteção social.

A edição atualizada incorporou ainda novas legislações federais e estaduais voltadas à proteção da maternidade e à garantia de direitos das mulheres.

A iniciativa reforça o compromisso institucional da Defensoria Pública da Paraíba com a promoção dos direitos das mulheres, a disseminação de informação jurídica acessível e o fortalecimento da autonomia das mães no exercício de seus direitos.



■ 10. PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR

10.1 Diz Aí, Defensoria: Comunicação, Cidadania e Educação em Direitos

Entre as iniciativas desenvolvidas pela Escola Superior voltadas à aproximação da Defensoria Pública com a sociedade, destaca-se o programa Diz Aí, Defensoria, concebido como instrumento de educação em direitos e comunicação institucional, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Comunicação da instituição.

O projeto surgiu da percepção de que grande parte da população busca informações por meio das redes sociais e, muitas vezes, desconhece seus direitos ou os serviços oferecidos pela Defensoria Pública.

Diante dessa realidade, foram produzidos vídeos educativos divulgados no perfil institucional da Defensoria Pública no Instagram, nos quais os próprios defensores e defensoras públicas respondem dúvidas frequentes da população de forma simples, objetiva e acessível, traduzindo conteúdos jurídicos para uma linguagem de fácil compreensão.

Por meio da iniciativa, temas relevantes para o cotidiano da população passaram a ser abordados de forma clara e objetiva, incluindo assuntos relacionados ao direito das famílias, alimentos, guarda e convivência familiar, investigação de paternidade, igualdade racial, direitos das mulheres, infância e juventude, acesso à justiça e atuação da Defensoria Pública.

Além de ampliar a divulgação de informações jurídicas, o projeto fortaleceu a presença institucional da Defensoria Pública nos meios digitais, aproximando a instituição da população e contribuindo para a prevenção de violações de direitos por meio da informação qualificada.

O Diz Aí, Defensoria consolidou-se como uma importante ferramenta de educação jurídica popular, reafirmando o compromisso da Escola Superior com uma Defensoria Pública cada vez mais acessível, próxima da sociedade e comprometida com a promoção da cidadania.

10.2 Projeto Você Sabia?

Educação em Direitos nas Redes Sociais

Compreendendo que o acesso à informação é uma das formas mais eficazes de promoção da cidadania, a Escola Superior desenvolveu o projeto Você Sabia?, iniciativa voltada à disseminação de conteúdos de educação em direitos por meio das redes sociais institucionais.

O projeto foi criado a partir da percepção de que grande parte da população busca informações, esclarece dúvidas e se relaciona com as instituições públicas por meio dos ambientes digitais. Diante dessa realidade, tornou-se necessário adaptar a linguagem jurídica aos formatos contemporâneos de comunicação, tornando o conhecimento mais acessível, objetivo e próximo do cotidiano das pessoas.

Por meio de publicações periódicas, o Você Sabia? passou a apresentar informações jurídicas em linguagem simples e visualmente atrativa, abordando temas de interesse direto da população e esclarecendo dúvidas frequentes relacionadas ao exercício de direitos.

Além de ampliar o alcance das ações de educação em direitos, o projeto fortaleceu a presença institucional da Defensoria Pública nos meios digitais, contribuindo para aproximar a instituição da sociedade e ampliar o conhecimento da população acerca dos seus direitos e dos serviços disponibilizados pela Defensoria Pública.

O Você Sabia? consolidou-se como uma importante ferramenta de educação jurídica popular, demonstrando que a promoção de direitos também passa pela capacidade de comunicar, informar e orientar de forma clara, acessível e inclusiva.



■ 11. PROJETO EDITORIAL DE UM LIVRO “DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA: CAMINHOS E HISTÓRIAS”

Entre os projetos mais emblemáticos desenvolvidos pela Escola Superior Defensor Público Manuel Lopes de Carvalho destaca-se a criação do livro “Defensoria Pública da Paraíba: Caminhos e Histórias”, iniciativa concebida para preservar a memória institucional, valorizar as pessoas que ajudaram a construir a Defensoria Pública e registrar, para as futuras gerações, a trajetória de uma instituição fundamental para a promoção do acesso à justiça no Estado da Paraíba.

O projeto, que ainda está sendo finalizado, nasceu da compreensão de que as instituições não são construídas apenas por leis, resoluções ou estruturas administrativas. Sua verdadeira história é escrita diariamente pelas pessoas que dedicam suas vidas ao serviço público, enfrentam desafios, constroem soluções e transformam realidades por meio da defesa dos direitos da população.

Ao longo de sua trajetória, a Defensoria Pública da Paraíba acumulou histórias de superação, crescimento institucional e transformação social que precisavam ser registradas e preservadas. Muitas dessas experiências permaneciam restritas à memória de defensores(as), servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as) e usuários(as) da instituição.

Foi nesse contexto que a Escola Superior lançou o edital para composição da obra “Defensoria Pública da Paraíba: Caminhos e Histórias”, convocando a participação de defensores públicos ativos e aposentados, servidores, estagiários, ex-integrantes da instituição e usuários dos serviços da Defensoria Pública. A proposta contemplou a produção de artigos, crônicas, poesias, cordéis e relatos de experiência capazes de retratar a diversidade de vivências e perspectivas que compõem a história institucional.

Com o objetivo de ampliar a participação da comunidade defensorial e incentivar a produção dos textos que integrariam a publicação, a Escola Superior estabeleceu parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, possibilitando a oferta do Curso de Capacitação para Elaboração de Resenhas e Relatos de Experiência.

A capacitação foi idealizada para fornecer ferramentas de escrita e organização narrativa aos participantes, permitindo que experiências profissionais, histórias de vida e vivências institucionais fossem transformadas em registros permanentes da trajetória da Defensoria Pública paraibana.

A iniciativa representou uma ação inovadora de valorização da memória coletiva, permitindo que aqueles que ajudaram a construir a instituição se tornassem também autores de sua história.

O projeto editorial também buscou registrar a pluralidade da atuação defensorial, incentivando a produção de textos relacionados às mais diversas áreas de atuação da Defensoria Pública, como Direito de Família, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito Criminal, Tribunal do Júri e outras áreas essenciais à promoção da cidadania e da justiça social.

A criação do livro “Defensoria Pública da Paraíba: Caminhos e Histórias” representa uma das mais relevantes iniciativas de preservação da memória institucional já desenvolvidas pela Escola Superior, permitindo que a história da Defensoria Pública paraibana deixe de existir apenas na lembrança de seus integrantes para se transformar em patrimônio permanente da instituição.

Uma obra destinada a preservar memórias, registrar conquistas, reconhecer trajetórias e transmitir às futuras gerações os valores, os desafios e os compromissos que moldaram a construção da Defensoria Pública da Paraíba.

Trata-se de uma iniciativa que ultrapassa a dimensão editorial para assumir papel estratégico na consolidação da identidade institucional, garantindo que a história construída ao longo dos anos permaneça viva, acessível e inspiradora para todos aqueles que continuarão escrevendo os próximos capítulos da Defensoria Pública paraibana.

■ 12. A ESCOLA EM NÚMEROS

Os números apresentados a seguir refletem uma política institucional construída a partir da escuta da carreira, da valorização das pessoas, da gestão do conhecimento e da convicção de que investir em educação é fortalecer a Defensoria Pública.

Mesmo sem orçamento próprio e sem dotação mínima específica, a Escola Superior ampliou sua atuação, expandiu seu alcance e consolidou projetos estruturantes voltados à formação, à inovação, à educação em direitos e ao fortalecimento institucional.



Formação e Capacitação

 +1.500

pessoas diretamente alcançadas por cursos, seminários, encontros, oficinas, palestras e programas de promovidos ou apoiados pela Escola Superior.

 36

curso e capacitações realizadas nas áreas de Família, Infância e Juventude, Saúde, Saúde Mental, Direitos Humanos, Tribunal do Júri, Execução Penal, Violência Doméstica, Consumidor, Regularização Fundiária, Inteligência Artificial, Gestão Pública, Inovação e outras

 8

capacitações em temas de gestão pública, atendimento humanizado, ética, comunicação institucional, inovação e transformação digital



Formação continuada de estagiários e assessores



Integração e Fortalecimento Institucional

 5

Edições do Encontro da Defensoria Pública da Paraíba consolidadas como espaço permanente de integração com 5 edições realizadas



Participação de palestrantes nacionais e especialistas de referência em acesso à justiça, direitos humanos, inovação e fortalecimento institucional

 +2.000

participações registradas nos 5 Encontros, considerando inscrições, participações presenciais, participações remotas e acessos posteriores às transmissões



Realização de encontro nacional sobre Litígios Estruturais e elaboração da Carta de João Pessoa sobre Litígios Estruturais, documento que projetou a Defensoria Pública da Paraíba no cenário nacional e passou a integrar o debate institucional brasileiro sobre a matéria.



Formação das Novas Gerações



Realização do Curso de Formação Inicial dos aprovados no II Concurso Público para Defensor Público do Estado da Paraíba, em 3 grupos distintos para

18 novos defensores.



Implantação do Programa de Mentoria para Novos Defensores Públicos



Integração e Fortalecimento Institucional



Criação e consolidação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).



495 modelos de peças processuais catalogados e disponibilizados para consulta institucional, atualizados permanentemente para atender as demandas da atualidade.



Implantação da assinatura institucional da plataforma Jusbrasil com 70 acessos.



Desenvolvimento do projeto EducaDefensoria, com geração de certificado em tempo real, que conta hoje com 38 cursos e materiais



40 Produções contínuas do Boletim Escola (In) Forma.



Compartilhamento permanente de conteúdos produzidos por Escolas Superiores de Defensorias Públicas de todo o país.

Lançamento do projeto editorial "Defensoria Pública da Paraíba: Caminhos e Histórias".





Publicações e Materiais Produzidos



Manual do Estagiário



Cartilha de Direitos LGBTQIAPNB+: Conhecer para respeitar



Cartilha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes



Cartilha de Direitos da Pessoa Idosa: Guia de Direitos da Pessoa Idosa



Cartilha: o que é o Transtorno do Espectro Autista?



Manual de Defesa dos Direitos em Saúde Mental: Fluxos, RAPS e Atuação Jurídica Antimanicomial



Toda Mãe tem Direitos: Guia prático sobre o direito materno



Educação em Direitos



Implantação do projeto Educar para Transformar



Estruturação do projeto estadual Saber é Direito, com alcance planejado para as 16 Gerências Regionais de Educação da Paraíba



Criação do programa Diz Aí, Defensoria



Milhares de estudantes, professores e cidadãos potencialmente alcançados por ações de educação em direitos, campanhas institucionais, cartilhas, palestras e conteúdos educativos



Produção de materiais voltados à cidadania, infância, juventude, maternidade, enfrentamento da violência e acesso à justiça



Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos

- Formação continuada em igualdade racial e justiça racial
- Capacitações voltadas ao atendimento da população LGBTQIAPN+
- Formação em atendimento com perspectiva de gênero
- Desenvolvimento do Selo Gertrudes Maria
- Promoção de cursos e eventos voltados ao combate ao racismo estrutural, à proteção dos grupos vulnerabilizados e à promoção dos direitos humanos



Inovação e transformação digital



Inserção da Inteligência Artificial na agenda permanente de formação da Defensoria Pública



Capacitações voltadas à transformação digital e ao uso de novas tecnologias



Modernização dos mecanismos de compartilhamento de conhecimento institucional



Integração entre ensino presencial, ensino remoto e ambiente virtual de aprendizagem



Eficiência e Responsabilidade na Gestão Pública



Todas as ações desenvolvidas pela Escola Superior foram executadas sem orçamento próprio e sem dotação mínima específica destinada às atividades da Escola



Ampliação das ações por meio de parcerias institucionais, cooperação técnica, compartilhamento de conteúdos e utilização estratégica de ferramentas tecnológicas



Expansão das atividades formativas, dos projetos de educação em direitos e das iniciativas de inovação sem geração de despesas significativas adicionais para a Defensoria Pública.

13. Agradecimentos

Ao concluir este relatório, registro minha sincera gratidão a todos(as) aqueles que contribuíram para a construção das ações desenvolvidas pela Escola Superior Defensor Público Manuel Lopes de Carvalho ao longo deste período.

Nada do que foi realizado seria possível sem a colaboração generosa de Defensoras e Defensores Públicos, servidores, estagiários, palestrantes, instituições parceiras e de todos aqueles que, de alguma forma, dedicaram seu tempo, seu conhecimento e sua experiência em favor do fortalecimento da nossa instituição.

Agradeço especialmente aos(às) colegas Defensores(as) Públicos(as), que participaram das atividades promovidas pela Escola, compartilharam suas experiências profissionais, ministraram cursos, contribuíram com sugestões e ajudaram a construir uma formação cada vez mais conectada às necessidades da carreira.

Meu reconhecimento também à Administração Superior da Defensoria Pública pelo apoio institucional que permitiu o desenvolvimento dos projetos aqui apresentados.

Muitas das iniciativas relatadas somente se tornaram realidade graças ao espírito de colaboração que sempre caracterizou a Defensoria Pública da Paraíba. Em uma Escola que não dispõe de orçamento próprio, cada parceria firmada, cada palestra ministrada, cada material produzido e cada projeto desenvolvido representou um gesto concreto de compromisso com a instituição e com sua missão constitucional.

Registro um agradecimento especial à Diretora de Ensino de Ensino Mariane Fontenele e às estagiárias que passaram pela escola, especialmente à Nicole Fiari, que passou a integrar os quadros da instituição esse ano, pois todo trabalho de sucesso é fruto de um esforço coletivo, construído diariamente por pessoas que acreditam na Defensoria Pública como instrumento de promoção da justiça, da cidadania e da dignidade humana. Por essa razão, este relatório registra o resultado de um trabalho coletivo, construído com a participação de muitas mãos e inspirado pelo propósito comum de fortalecer a Defensoria Pública, qualificar seus integrantes e ampliar o acesso da população aos seus direitos.

Que possamos continuar construindo, juntos, uma Defensoria Pública cada vez mais forte, mais respeitada e mais preparada para servir à sociedade paraibana.



ESCOLA SUPERIOR
DA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAIBA